

AUTO-EMPREGO, SETOR INFORMAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

JOÃO BATISTA PAMPLONA(*)

1. INTRODUÇÃO

Neste texto, refletiremos a respeito do trabalho e da produção informal na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) nos anos recentes. Nosso objetivo central é — a partir fundamentalmente de dados empíricos — avaliar a dimensão, a estrutura e o funcionamento das unidades de produção informais, bem como analisar e traçar o perfil dos seus trabalhadores na segunda metade dos anos 90. Dito de outra forma, significa procurar construir e interpretar um perfil consistente do setor informal na RMSP num período de forte reestruturação produtiva⁽¹⁾. Associados a este objetivo central, temos dois outros: a) buscar elementos que nos aproximem de uma resposta para um velho dilema dos estudos sobre informalidade: afinal ela é uma forma de participação na produção que reflete uma simples estratégia de sobrevivência (“colchão de sobrevivência”; “locus de trabalhadores fragilizados”) ou é uma opção soberana e promitente que torna possível ascensão social e econômica? b) tratar de descobrir algumas informações que ajudem a ponderar sobre as possibilidades do setor informal como uma alternativa para geração de emprego e renda.

Nos anos 90, a Grande São Paulo assistiu a um processo de informalização do seu mercado de trabalho sem precedentes, após sua industrialização. Se tomarmos a evolução da participação dos conta própria (ou autônomos) — núcleo e parcela majoritária dos trabalhadores informais — constataremos um forte crescimento. Dados das PNADs — IBGE indicam que os conta própria aumentaram de 16,5% do total de ocupados da RMSP em 1992 para 18,3%, em 1997, e para 19,5%, em 1999. Dados de tabulações especiais da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da

(*) Professor Doutor do Departamento de Economia da PUC-SP.

(1) Num contexto de forte reestruturação produtiva, estudar a Região Metropolitana de São Paulo torna-se especialmente interessante, já que a polaridade industrial desta Metrópole faz dela um locus no qual os efeitos das mudanças produtivas são sentidos com maior rapidez e com as feições mais diversas possíveis.

Fundação SEADE são ainda mais convincentes: os ocupados no setor informal elevaram sua participação no total dos ocupados da RMSF de 25%, no biênio 1988-89, para 33%, no biênio 1998-99⁽²⁾.

Diante da atualidade e relevância do tema e dos objetivos propostos, desenvolveremos nosso texto a partir de duas estratégias: uma de natureza conceitual e outra de natureza empírica. Para isso, na primeira parte, trataremos de apresentar e explicar um conceito de setor informal (e de auto-emprego) e, na segunda parte, buscaremos analisar os resultados da Pesquisa da Economia Informal do IBGE (ECINF 97) para a RMSF⁽³⁾.

2. CONCEITO DE SETOR INFORMAL E AUTO-EMPREGO

A natureza complexa do setor informal torna seu conceito motivo de grande controvérsia técnica e acadêmica⁽⁴⁾. Simplificando as coisas, é possível identificar duas formas básicas e distintas de conceituar o setor informal.

Uma delas identifica o setor como um conjunto de atividades produtivas realizadas fora da lei (critério da ilegalidade). Para *De Soto* (1987), principal representante da "abordagem legalista ou neoliberal do setor informal", a economia informal, também chamada neste enfoque de economia subterrânea⁽⁵⁾, seria um conjunto de atividades econômicas não-registradas, não-declaradas ao Estado, extralegais, porém socialmente lícitas. Neste conceito não são considerados fatores de natureza tecnológica, nem tamanho da unidades produtivas, nem interações com os mercados⁽⁶⁾.

(2) Os resultados desta tabulação especial da PED estão disponíveis em Pamplona (2000b), que adotou conceito de setor informal que abrangia os conta própria, os empregadores com até 5 empregados, os seus assalariados e os trabalhadores familiares.

(3) A ECINF 97 é talvez a mais consistente e certamente a mais atual pesquisa disponível sobre o setor informal no Brasil. Seus dados não foram ainda suficientemente explorados, já que só foram divulgados em meados de 1999.

(4) Acerca da extensa controvérsia em torno do conceito de informal, ver Pamplona (2000a, cap. 3).

(5) A idéia de economia subterrânea — invisível, oculta, submersa — foi originada nos países desenvolvidos (segundo *Tokman*, 1987, pág. 529, principalmente da Europa Ocidental) e está associada a atividades econômicas que não cumprem regras fiscais, legais, sanitárias, urbanas e que não sejam socialmente condenáveis (prostituição, tráfico de drogas, etc.). Nos países em desenvolvimento, especialmente em função do enfoque neoliberal, ela também se apresenta como "economia informal" (ver *Yamada*, 1996). *Cacciari* (1991, pág. 131) acredita que a economia informal (diferenciada a partir da "forma de organização da produção") e a economia subterrânea (diferenciada a partir da "ilegalidade") representam dois fenômenos diversos e suas denominações devem permanecer separadas. Economia informal é um conjunto de atividades que operam com base no trabalho do proprietário dos meios de produção com a ajuda da família e/ou de alguns auxiliares e economia subterrânea é um conjunto de atividades socialmente aceitas, mas ilegais. Para *Cacciari* (1991, pág. 133), os assalariados sem carteira assinada estariam na economia formal, mas submersa; enquanto trabalhadores por conta própria perfeitamente legalizados estariam na economia informal, mas registrada (não submersa). No entanto, a autora admite que há grande sobreposição entre os fenômenos. As atividades informais tendem muito mais "à submersão" que as atividades formais.

(6) No critério da "ilegalidade", um vendedor de dólares no mercado negro, um profissional liberal que não paga corretamente seus tributos, ou uma grande empresa que funciona sem patente, seriam todos informais. Mas um pequeno comerciante que toca seu negócio com o auxílio de sua família e cumpre as exigências legais não seria informal.

A outra forma básica de conceituar o setor informal considera-o como o conjunto de unidades de produção não tipicamente capitalistas (**critério da forma de organização da produção**)⁽⁷⁾. É esta forma de conceituar a informalidade que norteia este trabalho. Para nós, a forma de organizar a produção define o setor informal. Sendo assim, são informais os trabalhadores das unidades de produção não tipicamente capitalistas no interior do capitalismo. O conjunto destas unidades de produção compõe a economia informal. Nelas há **reduzida ou nenhuma separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção** (o proprietário trabalha diretamente na produção com a ajuda freqüente de familiares e, em alguns casos, com poucos assalariados). O trabalho assalariado não constitui a base do funcionamento destas unidades. As unidades produtivas informais não são plenamente capitalistas também porque a taxa de lucro não é a variável chave de seu funcionamento e **sim o rendimento total de seu dono**. A prioridade é a manutenção da família, para só depois vir a manutenção do negócio ou a preocupação com "retornos de investimento". O principal objetivo desta unidade é criar emprego e renda para os envolvidos. Via de regra, não há acumulação. Quando isto ocorre, ela pode deixar de ser informal.

As unidades produtivas informais são de **pequena escala**, com certo predomínio de unidades unipessoais. O nível tecnológico e a relação capital/trabalho tendem a ser baixos; o processo tecnológico tende a ser simples; o progresso técnico é lento; a tecnologia é intensiva em trabalho; há limitada divisão do trabalho. As unidades informais atuam normalmente em **mercados competitivos** ou na "base da pirâmide da oferta de mercados oligopólicos", onde há facilidade de entrada.

"A economia informal não é um eufemismo para pobreza" (embora a maioria dos engajados nela tenda a ser pobre). O informal pode ser tanto "espaço de sobrevivência" quanto de "ascensão social". Na verdade, a imen-

(7) A conceituação do "informal" a partir da "forma de organização da produção" foi desenvolvida e adotada por autores como Tokman (1987); Souza (1980, 1981); Cacciari (1983, 1989, 1991). A OIT (Organização Internacional do Trabalho), na sua 15ª Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho, adotou também o critério da "forma de organização da produção". Para a OIT (1993), o setor informal pode ser descrito de uma forma genérica como um conjunto de unidades que produzem bens e serviços tendo em vista principalmente criar emprego e renda para as pessoas envolvidas (são excluídas unidades que produzem apenas para autoconsumo). Estas unidades têm um *débil nível de organização, operando em pequena escala com pouca ou nenhuma divisão entre capital e trabalho como fatores de produção*. As atividades de produção do setor informal apresentam características particulares das empresas individuais. Os ativos imobilizados não pertencem à unidade de produção mas a seus proprietários. As despesas de produção são indiferenciadas das do domicílio. *As atividades não são necessariamente realizadas com a intenção deliberada de não pagar impostos ou cotas da Previdência Social ou de não cumprir a legislação trabalhista ou outras regulamentações*. Assim, o conceito de informal deve ser diferenciado das atividades subterrâneas ou ocultas da economia. *As relações de emprego — aquelas existentes — são sobretudo fundadas no emprego ocasional, no parentesco, em relações pessoais ou sociais e não em acordos contratuais que fixem garantias*. O critério de delimitação aqui é a forma de organização da produção, o funcionamento da unidade econômica, e não seu status legal. Este último critério (legalidade), para a OIT não apresenta uma clara base conceitual, ou seja, não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levar a resistência junto aos informantes.

sa heterogeneidade marca o informal. As pessoas que participam da economia informal não têm igual acesso aos mercados nem as mesmas dotações de capital técnico e humano. Há grandes diferenças de renda, perfil ocupacional, condições de trabalho. Há trabalhadores na informalidade por escolha e trabalhadores na informalidade por falta de melhor opção.

A economia informal é subordinada (no sentido de ser vinculada e não necessariamente explorada) pelo núcleo capitalista (economia formal), tendo seu crescimento restringido pela dinâmica deste. A produção informal ocupa os interstícios da produção capitalista. Tem funcionalidade ao capital, mas não de forma mecânica, uniforme e necessária. Há casos de simples ocupação dos interstícios por uma força de trabalho que já não representa "exército industrial de reserva".

As relações da economia informal com a formal (ex.: vínculos de subcontratação) permitem perceber que muitas vezes o que se vê é produção e relações de produção se estruturando na forma de um *continuum* e não de uma forma bipolar formal/informal. No entanto, se há uma clivagem entre formal e informal ela é econômica e social (estrutural) e não legal. A ilegalidade é uma consequência e não uma causa da informalidade. As unidades informais não são necessariamente criadas para não pagar impostos ou não recolher a contribuição previdenciária. Elas são unidades que têm real dificuldade para cumprir as normas, já que seu excedente não seria suficiente para isso sem ameaçar sua própria sobrevivência. A clivagem legal é própria da diferença entre "economia regular" e "economia subterrânea". Ainda que se sobreponham com frequência, "economia informal" e "economia subterrânea" são fenômenos distintos.

As situações ocupacionais que conformam o mercado de trabalho informal ou a economia informal são os conta própria, os pequenos empregadores (até 5 empregados — corte mais comum na literatura) e os seus trabalhadores (familiares, aprendizes e assalariados). Devem também ser incluídos aqui os trabalhadores assalariados domésticos, já que estão empregados numa unidade não econômica, não capitalista, que é a família.

A informalidade é uma forma de produzir caracterizada fundamentalmente pela existência do auto-emprego. O auto-emprego é uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente controla seu processo de trabalho (atividade em si, matérias-primas, meios de trabalho); fornece a si próprio seu equipamento, o que permite que o proprietário dos meios de produção participe diretamente da atividade produtiva; sua renda não é previamente definida, pois dependerá de seu trabalho, de seu capital e da demanda direta do mercado de bens e serviços; seu objetivo primordial é prover seu próprio emprego (meio de subsistência) e não valorizar seu capital (acumulação de capital). Cabe destacar que esta nossa definição corresponde a um caso puro (ideal) de auto-emprego e que, dada a heterogeneidade do objeto de estudo, devemos admitir o auto-emprego como um *continuum* que vai do caso mais puro, no qual todas as características acima estão satisfeitas, até os casos menos puros, no qual algumas características acima podem não estar satisfeitas (ver Pamplona, 2000a).

A unidade produtiva informal funciona para fundamentalmente garantir um emprego, e obviamente uma renda, para seu proprietário, que nela trabalhará diretamente e controlará seu próprio processo de trabalho. Valorizar o capital não é o principal objetivo. O negócio informal é antes de tudo uma forma de criar o próprio emprego do seu proprietário.

3. OS RESULTADOS DA ECINF 97 PARA A RMSP

3.1. Considerações metodológicas e conceituais relacionadas à ECINF 97

A Pesquisa da Economia Informal (ECINF 97) é uma pesquisa amostral domiciliar que abrangeu todos os domicílios situados em áreas urbanas do Brasil em 1997⁽⁸⁾. Para delimitar seu universo, a pesquisa adotou na execução estatística do conceito de setor informal a seguinte definição: *“decidiu-se que pertence ao informal todas (grifo nosso) as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas (grifo nosso), sejam elas atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias”* (IBGE, 1999b, pág. 2).

A ECINF 97 considerou como “empresa do setor informal” todo empreendimento, instituição, firma ou negócio, atividade econômica desenvolvida, individualmente ou não, com ou sem estabelecimento, de propriedade de empregadores com até 5 empregados ou de conta própria⁽⁹⁾, excluindo somente as unidades que desenvolviam atividades agrícolas e as que estavam constituídas como Sociedades Anônimas e tinham declarado Imposto de Renda de Pessoa Jurídica no formulário “Lucro Real”.

Foram considerados como pessoas ocupadas no setor informal pela ECINF 97 os proprietários de empresas do setor informal (empregadores até 5 empregados e os conta própria), seus empregados e os trabalhadores não-remunerados que nelas trabalhavam⁽¹⁰⁾. A ECINF 97 tem um recor-

(8) A ECINF 97 teve como período de referência o mês de outubro de 1997.

(9) A ECINF 97 define “empregador” como “pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica com, pelo menos, um empregado”. O “trabalhador conta própria” é definido como “pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado”.

(10) Os “trabalhadores domésticos”, embora pertencentes ao setor informal, segundo IBGE (1999b), não foram objeto de investigação na ECINF 97, pois considerou-se que as informações sobre esta categoria são suficientemente levantadas nas PNADs. As PNADs definiram “trabalhador doméstico” como “pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefício, em uma ou mais unidades domiciliares” (os trabalhadores domésticos não serão objeto de nossas preocupações aqui, já que elas estão centradas nas unidades mercantis de produção). A ECINF 97 definiu “empregado” como “pessoa que trabalhava para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios”. O “trabalhador não-remunerado” foi definido como “pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar”.

te exclusivamente urbano, pois admite que é nos grandes centros urbanos que se concentra a parcela mais expressiva da economia informal. Assim, no universo da pesquisa estão só ocupados em atividades não-agrícolas.

3.2. Análise de resultados: o auto-empregado

As características pessoais dos auto-empregados — pela ECINF 97 definidos como “proprietários de empresas do setor informal” — e aspectos relacionados a seu trabalho serão aqui investigados a partir das informações das tabelas 1 e 2 extraídas da ECINF 97.

A ECINF 97 constatou a existência na RMSP de 1.080.438 auto-empregados⁽¹¹⁾, divididos em 156.682 empregadores (14,5%) e em 925.065 conta própria (85,5%).

Na distribuição entre sexos, 64% do total de auto-empregados eram homens e 36% eram mulheres. Esta distribuição é praticamente idêntica à distribuição entre sexos do total de empregados assalariados da RMSP obtida pela PED: 65% homens e 35% mulheres. Isto demonstra que na RMSP o auto-emprego não é uma opção mais masculina ou mais feminina do que seria o assalariamento.

Quanto aos níveis de escolaridade, os auto-empregados estavam distribuídos da seguinte forma: educação precária (sem instrução ou menos de um ano de estudo mais primeiro grau completo): 47%; educação básica (primeiro grau completo mais segundo grau incompleto): 21%; educação intermediária (segundo grau completo mais superior incompleto): 19%; educação superior (superior completo): 13%. Já os assalariados do setor privado, segundo dados da PED, estavam distribuídos da seguinte forma: educação precária: 42%; educação básica: 22%; educação intermediária: 25%; educação superior: 11%. O que se pode inferir destes números é que os auto-empregados eram levemente menos escolarizados que os assalariados, muito embora apresentassem na faixa superior de instrução uma proporção pouco maior de pessoas. Assim, é possível afirmar que o auto-emprego não era necessariamente *locus* de trabalhadores menos escolarizados.

Cerca de 93%, quase todos, dos auto-empregados tinham 25 anos ou mais. Na faixa de 25 a 39 anos estavam 42%; na faixa de 40 a 59 estavam 43%; com 60 anos ou mais estavam 8% dos auto-empregados. Comparados com os empregados assalariados com carteira assinada, eles se mostraram **significativamente mais velhos**. De acordo com dados da PNAD⁽¹²⁾, aproximadamente 72% destes empregados assalariados tinham 25 anos ou mais. Somente 25% destes tinham entre 40 e 59 anos, e apenas 2% possuíam 60 anos ou mais.

(11) Há diferença entre o número de unidades do setor informal (992.549) e o número de auto-empregados (1.080.438) em razão da existência de sócios.

(12) Ver IBGE (1999a).

Embora mais velhos, um fato interessante é que a maior parcela dos auto-empregados começou no seu primeiro trabalho muito cedo. Os dados da ECINF 97, da tabela 2, revelam que aproximadamente 56% dos auto-empregados começaram a trabalhar com 14 anos ou menos.

A grande maioria (67%) dos auto-empregados da RMSP em 1997 não era natural do município em que residia. No entanto, cerca de 84% destes auto-empregados não naturais residiam a cinco anos ou mais no município. Talvez esta elevada presença de migrantes no auto-emprego esteja relacionada a maior dificuldade destes em conseguir bons postos de trabalho assalariado ou, por outro lado, em características individuais mais acentuadas em migrantes, como maior iniciativa, postura mais diligente. No entanto, os dados revelaram que o auto-emprego não é uma opção de migrantes recentes. Talvez pareça ser necessário algo como no mínimo cinco anos para que o indivíduo estabeleça uma rede social mínima que permita o estabelecimento de seu negócio próprio.

A distribuição dos auto-empregados entre os setores da atividade econômica era muito distinta da distribuição dos assalariados com carteira assinada. Ao passo que os primeiros estavam divididos da seguinte forma: indústria da transformação (9%), construção civil (14%), comércio (23%), serviços (54%); os segundos dividiam-se em: indústria da transformação (35%), construção civil (4%), comércio (14%), serviços (47%) (PNAD — IBGE). A pouca presença dos auto-empregados na indústria da transformação está ligada à existência de maiores barreiras à entrada neste setor (escala, tecnologia, volume de capital, etc.). A grande presença dos auto-empregados em setores como serviços, comércio e construção civil está, ou contrário, relacionada à existência de menores barreiras à entrada nesses setores.

Aproximadamente 85% dos auto-empregados tocavam seu negócio sem sócios, ou seja, eram proprietários únicos. Além disso, cerca de 58% já eram proprietários no setor informal a 3 anos ou mais. Para os auto-empregados homens, esta percentagem era ainda maior, atingindo 64%. É importante também apontar que 51% dos auto-empregados homens estavam nesta situação de trabalho a cinco anos ou mais. Para as mulheres, o tempo que se iniciaram no auto-emprego era menor: 25% delas estavam nesta situação a menos de 1 ano. No entanto, mesmo no caso das mulheres, cerca de 38% delas eram auto-empregadas a cinco anos ou mais. Isto pode estar demonstrando que a situação de auto-empregado não é passageira, transitória, na maioria dos casos e que tem se transformado numa opção de fato, pelo menos ao longo da década de 90 na RMSP.

Na comparação do rendimento médio mensal do auto-empregado (sua retirada mensal) com o rendimento médio mensal dos assalariados (salário bruto mensal), alguns aspectos importantes devem ser apontados. Para a comparação⁽¹³⁾, vamos tomar os rendimentos médios dos assalariados do

(13) Além dos problemas da confiabilidade das declarações e do nível de dispersão dos valores populacionais em torno da média, outras questões que afetam a consistência da comparação entre rendimento médio de auto-empregados com rendimento médio de assalariados também

setor privado apurados pela PED. Ao tomarmos o rendimento médio de todos os auto-empregados⁽¹⁴⁾, verificamos, na tabela 2, que ele foi de R\$ 765,00; portanto, levemente inferior ao rendimento médio de todos os assalariados do setor privado, que foi de R\$ 812,00. Entretanto, estas são médias muito gerais que escondem situações particulares causadas pela grande dispersão de rendimentos tanto entre auto-empregados como entre assalariados na RMSP. Se fizermos comparações mais particulares, teremos um melhor retrato da realidade.

Fazendo comparações mais específicas quanto a rendimentos, é possível chegar a resultados muito interessantes. Se introduzirmos a variável "gênero" e a cruzarmos com posição na ocupação, e classificarmos os ocupados quanto ao rendimento médio, teremos o seguinte:

- 1º auto-empregados empregadores homens (R\$ 1.379,00);
- 2º auto-empregados empregadores mulheres (R\$ 1.055,00);
- 3º assalariados do setor privado com carteira homens (R\$ 990,00);
- 4º auto-empregados conta própria homens (R\$ 819,00);
- 5º assalariados do setor privado com carteira mulheres (R\$ 721,00);
- 6º assalariados do setor privado sem carteira homens (R\$ 561,00);
- 7º assalariados do setor privado sem carteira mulheres (R\$ 432,00);
- 8º auto-empregados conta própria mulheres (R\$ 417,00);
- 9º empregados do setor informal homens (R\$ 343,00);
- 10º empregados do setor informal mulheres (R\$ 308,00).

Do ponto de vista exclusivo dos rendimentos, a situação média dos auto-empregados empregadores é melhor do que a média de todos os assalariados; já a situação geral dos auto-empregados conta própria é pior do que a média de todos os assalariados, com exceção dos assala-

podem ser apontadas. No caso do rendimento dos auto-empregados, há dificuldade em separar o que é rendimento do trabalho e o que é retorno do capital; eles misturam facilmente horas de trabalho efetivo com horas de lazer; eles utilizam mão-de-obra familiar não remunerada; eles normalmente têm um fluxo irregular de rendimentos. No caso dos assalariados, os rendimentos do trabalho são mais facilmente apurados, muito embora benefícios, ou salário indireto, não sejam normalmente computados.

(14) O período compreendido entre 1992 e 1997 pode ser considerado um intervalo de tempo em que o rendimento dos auto-empregados foi excepcionalmente favorecido. Dados da PNAD, presentes em IBGE (1999 a), mostram que houve, na RMSP neste período, uma redução contínua da percentagem de conta própria que ganhavam até 1 salário mínimo (s.m.) e um aumento contínuo desta percentagem dos que ganhavam mais de 10 s. m. Este crescimento expressivo do rendimento dos auto-empregados conta própria pode ser explicado pelos efeitos do Plano Real. Como os auto-empregados produzem em maior medida serviços e estes são tidos normalmente como mercadorias "não-transacionáveis" ("non-tradeables") — pois não são facilmente padronizáveis e a produção e o consumo se dão simultaneamente —, eles puderam manter o preço de suas mercadorias elevado, já que não sofreram a pressão concorrencial dos importados que os produtos industriais nacionais padeceram.

riados sem carteira assinada. As mulheres auto-empregadas como conta própria tendem a estar numa situação expressivamente precarizada em relação às assalariadas, pois seus rendimentos chegam a ser menores do que os das mulheres assalariadas sem carteira assinada. Por outro lado, e surpreendentemente, as mulheres auto-empregadas como empregadoras apresentam uma situação expressivamente privilegiada com relação às assalariadas. Elas não só têm rendimento médio superior ao das mulheres assalariadas com carteira assinada como têm também rendimento maior do que os dos homens assalariados com carteira assinada. No caso dos homens, a situação de auto-empregado conta própria não representa uma precarização tão forte de seus rendimentos, em relação aos assalariados, como acontece com as mulheres. Em termos de rendimentos, dependendo do "tipo" de auto-emprego das mulheres, a situação pode ser bastante vantajosa (promissora) — caso das empregadoras —, ou bastante desvantajosa (precária) — caso das conta própria. Aqui, a condição de auto-empregada produz um quadro claro de polarização dos rendimentos.

Entre os motivos que levaram os auto-empregados a iniciar seu negócio, destacam-se aqueles relacionados às dificuldades no mercado de trabalho metropolitano nos anos 90, como desemprego e precarização dos postos de trabalho. Cerca de 29% dos auto-empregados apontaram como principal motivo para iniciar seu empreendimento o fato de não ter encontrado emprego. Aproximadamente 16% alegaram necessidade de complementação da renda familiar. Assim, 45% dos auto-empregados da RMSP teriam sido claramente "empurrados" para o auto-emprego. Por outro lado, os motivos que teriam claramente "puxado" (atraído) os auto-empregados tiveram as seguintes participações nas respostas: independência (19%), experiência na área (9%), tradição familiar (7%), negócio promissor (6%), horário flexível (2%). Assim, podemos inferir que cerca de 43% dos auto-empregados da RMSP teriam sido "puxados" — atraídos pelo auto-emprego por suas vantagens. Como podemos notar, as resposta da ECINF 97 não fornecem elementos suficientes para verificar se os auto-empregados teriam sido "puxados" ou "empurrados" para o auto-emprego.

Um aspecto relevante da discussão acerca do setor informal, rapidamente apresentada neste trabalho, é o grau de facilidade de entrada no setor. Os dados da tabela 2 tendem a sugerir que a inexistência de barreiras à entrada é uma característica importante do setor, já que cerca de 40% dos auto-empregados não precisaram de capital para entrar no negócio. Além disso, dos que necessitaram de capital, 51% usaram recursos próprios, 24% usaram recursos da indenização trabalhista recebida e 12% usaram recursos obtidos por empréstimos de amigos e parentes. O que demonstra que a origem expressivamente predominante dos recursos para abrir o negócio informal é o chamado "dinheiro angélico" (dinheiro próprio ou de amigos e parentes).

Uma outra dimensão importante dos resultados da ECINF 97 é que o auto-emprego foi a principal alternativa de trabalho para os auto-empregados. A quase totalidade (91%) dos auto-empregados tinha um só traba-

lho; aquele desenvolvido no setor informal. Somente cerca de 9% dos proprietários de empresas informais possuíam mais de um trabalho. Além de auto-empregados, 6% eram assalariados no setor privado e 2% trabalhavam no setor público.

3.3. Análise de resultados: os empregados dos auto-empregados

Os dados da ECINF 97, apresentados na tabelas 1 e 3, revelam que os empreendimentos informais geram pouquíssimos postos de trabalho, afóra o posto do auto-empregado. Além disso, dão origem a empregos de baixíssima qualidade.

Para cada auto-emprego gerado na RMSP em 1997, foram empregados apenas $\frac{1}{4}$ de trabalhador, ou seja, eram necessários quatro auto-empregos para que um emprego pudesse ser criado. O efeito multiplicador do emprego (da ocupação) pelo auto-emprego era de apenas 1,25 (um para o próprio auto-empregado e apenas 0,25 referente ao emprego adicional). Devemos lembrar que cerca de 80% das unidades produtivas do setor informal na RMSP ocupavam apenas uma pessoa.

Ao baixo desempenho quantitativo do auto-emprego na geração de postos de trabalho, soma-se também seu baixo desempenho qualitativo. Além de receberem os menores rendimentos médios mensais — como tínhamos antes apontado em nossa classificação de rendimentos —, os empregados de auto-empregados estavam sujeitos à elevada rotatividade. Eles permanecem pouco tempo em seus postos de trabalho. Cerca de 42% deles estavam a menos de 1 ano empregados na unidade informal e cerca de 49% estavam de 1 a 5 anos. Já os dados da PED revelaram que para os assalariados em geral do setor privado na RMSP o tempo de emprego estava assim distribuído: 37% até 1 ano; 40% de 1 a 5 anos; 23% para mais de 5 anos.

É importante ressaltar que o rendimento médio dos empregados dos auto-empregados não guarda proporção com os níveis de escolaridade. Aqueles com educação básica (primeiro grau completo mais segundo incompleto) receberam em termos médios menos do que receberam os trabalhadores analfabetos (sem instrução ou com menos de um ano de estudo). Isto confirma a idéia que nas unidades informais a escolaridade dos empregados é pouco valorizada.

Do total de empregados do setor informal, cerca de 84% eram remunerados, assalariados. Destes assalariados, apenas 41% tinham carteira de trabalho assinada. É uma proporção sensivelmente menor do que dos assalariados em geral do setor privado, que, segundo a PED, eram 78% de trabalhadores com carteira assinada.

Os empregados do setor informal na RMSP tenderam a ser mais jovens, mulheres e a ser menos escolarizados do que os assalariados em geral do setor privado. Cerca de 54% dos empregados do setor informal tinham de 10 a 24 anos. Nesta mesma faixa etária, os assalariados do setor privado não eram mais de 32%. Dos empregados do setor informal,

41% eram mulheres, 47% tinham educação precária, 33% tinham educação básica. Nos assalariados do setor privado, estas proporções atingiam 35%, 40% e 21%.

Aproximadamente 40% dos empregados dos auto-empregados eram seus parentes. Cerca de 20% deles eram filhos dos auto-empregados. O que confirma o uso expressivo de mão-de-obra familiar no empreendimento informal e torna consistente a idéia de que os rendimentos de parte dos auto-empregados poderiam estar superestimados pelo uso não remunerado, ou pouco remunerado, desta mão-de-obra. Por outro lado, é preciso ter cautela com tais conjecturas já que apenas 20% das unidades informais ocupavam mais de uma pessoa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor informal deve ser delimitado por seus aspectos econômicos e sociais e não por sua natureza legal. É a particular divisão do trabalho que demarca a existência do setor informal ao não separar produtor direto e meio de produção. O que define a essência da informalidade é para nós o auto-emprego.

A partir deste parâmetro conceitual, foi possível buscar respostas na ECINF 97 para nossas inquietações acerca do setor informal na RMSP.

De acordo com a ECINF 97, os auto-empregados da RMSP em 1997 tinham o seguinte perfil predominante: eram **conta própria**; eram **homens**; eram apenas **levemente menos escolarizados** que os assalariados; eram **significativamente mais velhos** que os assalariados; **não eram naturais do município em que residiam**; eram **proprietários de negócio informal a mais de 3 anos**. Estes dados demonstraram que de forma geral os auto-empregados na RMSP não possuíam perfil pessoal frágil em termos de mercado de trabalho quando comparados com os assalariados. Os auto-empregados não eram na sua maioria mulheres, jovens, migrantes recentes, trabalhadores em constante trânsito entre posições na ocupação, trabalhadores expressivamente menos escolarizados. O auto-emprego na RMSP não era *locus* preponderante de trabalhadores frágeis.

Os dados da ECINF 97 também revelam que os empreendimentos informais da RMSP geraram pouquíssimos postos de trabalho, além do posto do auto-empregado. Outrossim, deram origem a empregos de baixíssima qualidade. A condição de empregado no setor informal (empregado de auto-empregado) na RMSP representou claramente uma condição precária no mercado de trabalho.

Se o aumento da proporção de trabalhadores informais do tipo "empregado de auto-empregado" representa uma clara precarização do trabalho na RMSP e por conseguinte alimenta o processo de precarização social, o mesmo não poderíamos dizer do aumento da proporção de trabalhadores informais do tipo "auto-empregado". Neste último caso, é preciso levar em conta sua heterogeneidade. Auto-empregados mulheres conta pró-

pria, auto-empregados conta própria nos "serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões" e auto-empregados na "construção civil" representaram um grupo mais vulnerável e o crescimento de sua proporção pode indicar aumento da precarização do trabalho. Por outro lado, auto-empregados empregadores e auto-empregados nos "serviços técnicos e auxiliares" representaram um grupo mais forte e o crescimento de sua proporção pode indicar situações mais promissoras de trabalho.

Na verdade, a imensa heterogeneidade marca o informal. As pessoas que participam da economia informal não têm igual acesso aos mercados nem as mesmas dotações de capital técnico e humano. Há grandes diferenças de renda, perfil ocupacional, condições de trabalho. Há trabalhadores na informalidade por escolha e trabalhadores na informalidade por falta de melhor opção.

As possibilidades do setor informal funcionar nos países subdesenvolvidos como caminho alternativo para promover o desenvolvimento socioeconômico são muito limitadas. O crescimento da informalidade (e do auto-emprego) não parece ser o caminho para gerar trabalho, renda e estancar o crescimento da miséria. Não é atributo do setor informal, numa economia capitalista, ser o principal mecanismo criador de emprego e renda. Ele é subordinado; ajusta-se à dinâmica capitalista; é um espaço limitado; exige capital e/ou qualificações/habilidades específicas não disponíveis para a maioria da força de trabalho dos países subdesenvolvidos (incluindo-se o Brasil).

No entanto, a enorme heterogeneidade que marca o setor informal (e o auto-emprego) não nos permite dizer que estar no setor informal significa necessariamente estar submetido às piores condições de trabalho. O setor informal não é necessariamente o lugar dos pobres urbanos. O informal pode ser tanto "espaço de sobrevivência" quanto de "ascensão social". É possível acreditar que a opção pelo informal possa ser uma fonte valiosa de emprego e renda para um grupo específico dos trabalhadores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CACCIAMALI, M. C. "Setor informal urbano e formas de participação na produção", São Paulo, IPE-USP, 1983.

_____. "Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal", Estudos Econômicos, São Paulo, IPE, v. 19, n. especial, págs. 25-48, 1989.

_____. "As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda", in: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (orgs). "Distribuição de renda no Brasil", São Paulo, Paz e Terra, 1991.

DE SOTO, Hernando. "Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana", Rio de Janeiro, Editora Globo, 1987.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD", 1999a (Endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br>).

_____. "Economia informal urbana 1997 — ECINF 97", 1999b, (Endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br>)

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). "Pesquisa de Emprego e Desemprego", 1999 (Endereço eletrônico: <http://www.seade.gov.br/cgi-bin/pediv98>).

Organización Internacional del Trabajo (OIT). "Resolución sobre las estadísticas del empleo en el sector informal", Ginebra, 1993, (La decimoquinta Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo).

PAMPLONA, *João Batista*. "Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil", São Paulo, 2000a, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. "O setor informal na Região do Grande ABC Paulista", Santo André, Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, 2000b (Endereço eletrônico: <http://www.agenciagabc.com.br>).

SOUZA, *P. R.* "Emprego, salário e pobreza", São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. "Emprego e renda na "pequena produção" urbana no Brasil", *Estudos Econômicos*, v. 11, n. 1, págs. 57-82, mar. 1981.

TOKMAN, *Víctor E.* "El sector informal: quince años después", *El trimestre Económico*, n. 215, págs. 513- 536, julio-septiembre, 1987.

YAMADA, *Gustavo*. "Urban informal employment and self-employment in developing countries: theory and evidence", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 44, n. 2, págs. 289- 314, january, 1996.

6. ANEXO (TABELAS 1 A 3)

TABELA 1 — Pessoas ocupadas nas unidades produtivas do setor informal, por posição na ocupação, segundo sexo, escolaridade e grupo de atividade, na Região Metropolitana de São Paulo — 1997

	Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal																	
	TOTAL GERAL				Auto-empregados				Empregados									
	Total		Conia própria		Empregador		Total		Com carteira assinada		Sem carteira assinada		Não remunerado					
Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%			
Sexo																		
Total	1.354.746	100,0	1.081.744	100,0	925.062	100,0	153.682	100,0	117.961	75,3	161.065	59,0	51.161	54,6	95.691	71,0	14.213	31,9
Homens	884.230	65,3	703.165	65,0	585.204	63,3	117.961	75,3	117.961	75,3	161.065	59,0	51.161	54,6	95.691	71,0	14.213	31,9
Mulheres	490.516	36,2	378.579	35,0	339.858	36,7	38.721	24,7	38.721	24,7	111.937	41,0	42.564	45,4	39.042	29,0	30.332	68,1
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nível de instrução																		
Sem instrução ou menos de um ano de estudo	108.672	8,0	78.436	7,3	69.848	7,6	8.588	5,5	8.588	5,5	30.236	11,1	7.907	8,4	15.986	11,9	6.343	14,2
Primeiro grau incompleto	523.939	38,7	426.059	39,4	385.656	41,7	40.403	25,8	40.403	25,8	97.981	35,9	19.438	20,7	56.756	42,1	21.697	48,7
Primeiro grau completo	210.541	15,5	166.221	15,4	141.696	15,3	24.555	15,7	24.555	15,7	44.320	16,2	23.658	25,2	16.943	12,6	3.718	8,3
Segundo grau incompleto	107.708	8,0	61.605	5,7	47.816	5,2	13.789	8,8	13.789	8,8	46.103	16,9	18.871	20,1	21.704	16,1	5.528	12,4
Segundo grau completo	223.906	16,5	175.335	16,2	138.070	14,9	37.265	23,8	37.265	23,8	48.570	17,8	23.366	25,0	18.918	14,0	6.266	14,1
Superior incompleto	37.729	2,8	34.174	3,2	30.906	3,3	3.268	2,1	3.268	2,1	3.555	1,3	50	0,1	3.505	2,6	-	-
Superior completo	139.439	10,3	137.102	12,7	108.957	11,6	28.145	18,0	28.145	18,0	2.337	0,9	414	0,4	920	0,7	1.003	2,3
Sem declaração	2.812	0,2	2.812	0,3	2.142	0,2	670	0,4	670	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupo de atividade																		
Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral	146.368	10,8	101.228	9,4	79.252	8,6	21.974	14,0	21.974	14,0	45.143	16,5	17.026	18,2	22.985	17,1	5.131	11,5
Indústrias da Construção	180.749	13,3	153.714	14,2	133.632	14,4	20.082	12,8	20.082	12,8	27.935	9,9	-	-	26.450	19,6	585	1,3
Comércio de Mercadorias	313.117	23,1	252.340	23,3	214.941	23,2	37.399	23,9	37.399	23,9	60.777	22,3	17.286	18,4	25.606	19,0	17.885	40,2
Serviços de Alojamento e Alimentação	141.342	10,4	95.946	8,9	79.659	8,6	16.287	10,4	16.287	10,4	45.396	16,6	12.344	13,2	15.720	11,7	17.332	38,9
Serviços de Transporte	79.085	5,8	71.969	6,7	68.052	7,4	3.917	2,5	3.917	2,5	7.116	2,6	1.915	2,0	3.621	2,7	1.990	3,5
Serviços de Reparação, Pessoais, Domiciliares e de Diversões	273.450	20,2	233.498	21,6	207.876	22,5	25.622	16,4	25.622	16,4	39.952	14,6	13.790	14,7	25.920	18,9	642	1,4
Serviços Técnicos e Auxiliares	204.031	15,1	161.931	15,0	133.218	14,4	28.713	18,3	28.713	18,3	42.100	15,4	28.513	30,4	12.197	9,1	1.990	3,1
Outros Serviços	16.112	1,2	10.629	1,0	7.941	0,9	2.688	1,7	2.688	1,7	5.463	2,0	2.850	3,0	2.634	2,0	-	-
Sem declaração	491	0,0	491	0,0	491	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados brutos da ECINF 97, citados em IBGE (1999b).

TABELA 2 — Perfil dos auto-empregados do setor informal (proprietários de empresas informais) por sexo na Região Metropolitana de São Paulo — 1997

INDICADORES	AUTO-EMPREGADOS					
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	Número	%	Número	%	Número	%
Total	1.080.438	100,0	704.542	100,0	375.896	100,0
Motivo que os levou a iniciar o negócio						
Não encontrou emprego	310.013	28,7	222.953	31,6	87.060	23,2
Oportunidade de fazer sociedade	29.782	2,8	17.721	2,5	12.041	3,2
Horário flexível	24.678	2,3	7.850	1,1	16.828	4,5
Independência	200.889	18,6	139.294	19,8	61.595	16,4
Tradição familiar	72.525	6,7	57.277	8,1	15.248	4,1
Complementação da renda familiar	170.462	15,8	69.986	9,9	100.476	26,7
Experiência na área	93.011	8,6	75.399	10,7	17.613	4,7
Negócio promissor	67.745	6,3	44.746	6,4	22.999	6,1
Era um trabalho secundário	31.504	2,9	23.072	3,3	8.433	2,2
Outro motivo	77.597	7,2	43.994	6,2	33.603	8,9
Sem declaração	2.251	0,2	2.251	0,3	-	-
Existência de sociedade						
Único proprietário	913.754	84,6	604.530	85,8	309.225	82,3
Com sócio(s)	166.683	15,4	100.012	14,2	66.671	17,7
Tempo que se tornou proprietário						0,0
Até 1 ano	211.662	19,6	119.138	16,9	92.524	24,6
Mais de 1 a 3 anos	239.836	22,2	137.059	19,5	102.777	27,3
Mais de 3 a 5 anos	127.867	11,8	90.163	12,8	37.704	10,0
Mais de 5 a 10 anos	246.082	22,8	165.793	23,5	80.289	21,4
Mais de 10 anos	254.992	23,6	192.369	27,3	62.602	16,7
Origem dos recursos utilizados para entrar no negócio						
Indenização recebida	157.087	14,5	121.964	17,3	35.122	9,3
Herança	22.462	2,1	12.644	1,8	9.817	2,6
Poupança anterior ou venda de bens ou imóveis	108.976	10,1	83.724	11,9	25.252	6,7
Outros recursos próprios	219.253	20,3	135.183	19,2	84.070	22,4
Empréstimo de parentes ou amigos	75.753	7,0	42.920	6,1	32.834	8,7
Empréstimo bancário	8.046	0,7	8.046	1,1	-	-
Outras formas de empréstimo	5.881	0,5	2.942	0,4	2.939	0,8
Sócio linha o capital	32.852	3,0	18.983	2,7	13.869	3,7
Outra	23.134	2,1	10.917	1,5	12.217	3,3
Não precisou de capital	425.223	39,4	266.217	37,8	159.006	42,3
Sem declaração	1.772	0,2	1.003	0,1	769	0,2
Grupos de idade						
10 a 17 anos	5.167	0,5	2.645	0,4	2.522	0,7
18 a 24 anos	74.484	6,9	49.343	7,0	25.141	6,7
25 a 39 anos	451.410	41,8	285.959	40,6	165.451	44,0
40 a 59 anos	460.140	42,6	297.046	42,2	163.094	43,4
60 anos ou mais	84.469	7,8	65.557	9,3	18.912	5,0

INDICADORES	AUTO-EMPREGADOS					
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	Número	%	Número	%	Número	%
Nível de instrução						
Sem instrução ou menos de um ano de estudo	72.750	6,7	54.884	7,8	17.866	4,8
Primeiro grau incompleto	430.237	39,8	290.704	41,3	139.532	37,1
Primeiro grau completo	165.653	15,3	108.950	15,5	56.703	15,1
Segundo grau incompleto	62.550	5,8	43.629	6,2	18.921	5,0
Segundo grau completo	174.001	16,1	105.747	15,0	68.254	18,2
Superior incompleto	32.784	3,0	19.684	2,8	13.099	3,5
Superior completo	134.236	12,4	75.599	10,7	58.637	15,6
Sem declaração	3.460	0,3	1.352	0,2	2.107	0,6
Naturalidade em relação ao município						
Natural do município	356.175	33,0	214.776	30,5	141.399	37,6
Não natural do município	719.495	66,6	485.774	68,9	233.720	62,2
Moram a cinco anos ou mais	607.853	56,3	414.035	58,8	193.818	51,6
Moram a menos de cinco anos	111.642	10,3	71.740	10,2	39.902	10,6
Idade com que começaram a trabalhar						
Menos de 10 anos	113.281	10,5	88.005	12,5	25.276	6,7
10 a 14 anos	487.497	45,1	345.595	49,1	141.901	37,8
15 a 18 anos	306.046	28,3	185.711	26,4	120.335	32,0
19 a 24 anos	126.644	11,7	72.949	10,4	53.694	14,3
25 a 39 anos	28.967	2,7	7.832	1,1	21.135	5,6
40 a 59 anos	13.235	1,2	457	0,1	12.778	3,4
60 anos ou mais	-	-	-	-	-	-
Rendimento médio do único trabalho em outubro (Em R\$)						
Total	765		911		488	
Conta própria	675		819		417	
Empregador	1.293		1.379		1.055	

Fonte: Dados brutos da ECINF 97, citados em IBGE (1999b).

TABELA 3 — Perfil dos empregados no setor informal (exclusive proprietários) na Região Metropolitana de São Paulo — 1997

INDICADORES	EMPREGADOS EMPRESAS INFORMAIS (EXCLUSIVE PROPRIETÁRIOS)					
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	Número	%	Número	%	Número	%
Total	273.002	100,0	161.066	100,0	111.937	100,0
Idade						
Menos de 10 anos	-	-	-	-	-	-
10 a 17 anos	66.876	24,5	41.219	25,6	25.658	22,9
18 a 24 anos	81.194	29,7	54.595	33,9	26.599	23,8
25 a 39 anos	73.401	26,9	38.146	23,7	35.254	31,5
40 a 59 anos	48.419	17,7	25.885	16,1	22.534	20,1
60 anos ou mais	3.111	1,1	1.219	0,8	1.892	1,7
Vínculo de trabalho						
Trabalho por tempo indeterminado	211.431	77,4	117.289	72,8	94.142	84,1

INDICADORES	EMPREGADOS EMPRESAS INFORMAIS (EXCLUSIVE PROPRIETÁRIOS)					
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	Número	%	Número	%	Número	%
Trabalho por tempo determinado	20.863	7,6	15.718	9,8	5.145	4,6
Trabalho por tarefa	30.453	11,2	25.763	16,0	4.690	4,2
Outros	10.255	3,8	2.295	1,4	7.960	7,1
Relação de parentesco como o proprietário						
Nenhum	165.863	60,8	103.455	64,2	62.408	55,8
Cônjuge	14.448	5,3	1.038	0,6	13.411	12,0
Filho	56.032	20,5	34.144	21,2	21.888	19,6
Outros parentes	36.659	13,4	22.428	13,9	14.231	12,7
Tempo no negócio						
Menos de 1 ano	114.163	41,8	-	-	-	-
De 1 a 3 anos	113.056	41,4	-	-	-	-
Mais de 3 a 5 anos	21.182	7,8	-	-	-	-
Mais de 5 anos	22.760	8,3	-	-	-	-
Sem declaração	1.841	0,7	-	-	-	-
Horas de trabalho por semana						
Até 20 horas	48.441	17,7	-	-	-	-
Mais de 20 a 40 horas	111.771	40,9	-	-	-	-
Mais de 40 a 60 horas	104.144	38,1	-	-	-	-
Mais de 60 horas	8.501	3,1	-	-	-	-
Sem declaração	144	0,1	-	-	-	-
Rendimento médio em outubro do trabalho dos empregados no setor informal segundo escolaridade (Em R\$)						
Total	330		343		308	
Sem instrução ou menos de um ano de estudo	374		425		274	
Primeiro grau incompleto	273		268		298	
Primeiro grau completo	326		337		310	
Segundo grau incompleto	287		321		244	
Segundo grau completo	464		582		373	
Superior incompleto	214		253		102	
Superior completo	370		200		397	

Fonte: Dados brutos da ECINF 97, citados em IBGE (1999b).